

ELEMENTOS BÁSICOS DA NACIONALIDADE — AS INSTITUIÇÕES

PROF. MANUEL DIEGUES JUNIOR

SUMÁRIO

- 1 — INTRODUÇÃO. A FORMAÇÃO BRASILEIRA COMO PROCESSO DE CRIATIVIDADE CULTURAL
- 2 — AS INSTITUIÇÕES BÁSICAS
 - 2a — A Família
 - 2b — A Sociedade
 - 2c — A Economia
 - 2d — A Organização Política
 - 2e — A Religião
- 3 — O BRASIL MODERNO
 - 3a — As transformações verificadas
 - 3b — O pluralismo contemporâneo

1 — Introdução

A FORMAÇÃO BRASILEIRA COMO PROCESSO DE CRIATIVIDADE CULTURAL

O que antes de tudo devemos assinalar, para que possamos compreender as instituições brasileiras, de suas origens a seu estado atual, é que, em nossa formação, uma característica desde logo aflora: somos o produto de um entrelaçamento de culturas que, em dado momento se encontraram em nosso território. Cada uma delas trazia seus valores próprios, não raro, por sua vez já mesclados nos respectivos grupos, como resultado de anteriores contatos culturais. O que hoje temos resulta desse entrelaçamento.

Portuguêses, indígenas, negros africanos participaram desse processo, em que se transculturaram os elementos em contato; dessa fusão ou absorção resultaram valores novos, já brasileiros, aqui nascidos. A "criatividade cultural" foi o processo principal em nossa formação, criando-se, pela fusão ou absorção de elementos originalmente europeus, africanos ou indígenas, o que já podemos chamar de cultura brasileira.

N. da R. — O Professor Manuel Diêgues Júnior é atualmente Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais; Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Membro do Conselho Técnico da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro.

Nenhum dos grupos fundamentais era puro; ao contrário, resultavam êles de variado entrechoque cultural, de modo que, por sua vez, já apresentavam heterogeneidade. Era de pura aparência a unidade com que se apresentavam.

É evidente que alguns dos elementos originais mantiveram suas formas próprias, se bem que quase sempre adaptando-se às novas condições do meio brasileiro. Fatos materiais e técnicas de trabalho, por exemplo, assim surgiram no Brasil, ao passo que outros conservaram as linhas gerais de suas origens, sem prejuízo, é claro, de certas características que foram tomando, sobretudo através dos tempos, pela própria influência do ambiente. O caso, de modo geral, de nossas instituições.

Não se deve esquecer que a influência portuguesa, de uma parte como cultura mais desenvolvida, e, de outra parte, como grupo dominante, porque se tornou o colonizador, foi a básica, o lastro principal; sobre elas as outras vieram ajustar seus elementos, mas o valor português tomou feição mais persistente, e não apenas mais dominante. O caso, em geral, das instituições. Nossas instituições, em seus traços fundamentais e essenciais, são primordialmente portuguesas sem prejuízo da flexibilidade sofrida no ambiente brasileiro, em consequência do que, não raro, foram tomando forma própria, apresentando características peculiares, permitindo-se certa originalidade, ou seja, aquilo que lhes deu a marca brasileira. Adocicando-se ou amaciando-se, diriam alguns autores; ou então, ajustando-se à influência com que o ambiente foi modelando; ou ajustando-as, ou adaptando-as.

O lastro português, no que sua influência se tornou decisiva, se fez assim a base de nossas instituições — a família, a sociedade, a economia, a própria religião — cada uma delas, em espírito ou em natureza, bem portuguesa, implantada pelos colonizadores, mas desde cedo adquirindo características brasileiras, sofrendo a marca da terra, o ambiente dando-lhe sua fisionomia, fazendo-a já nossa, brasileira.

Não podemos esconder êsse lastro português; êle foi essencial, e sem dúvida, se fez responsável por sua evolução. Contudo, não há esquecer que, no processo de abasileiramento das características ou peculiaridades que tais instituições foram tomando, um elemento importante para essa adaptação foi a regionalização. O condicionamento regional teve influência considerável; e foi nesta regionalização que quase poderíamos dizer institucionalizada, que as instituições passaram a apresentar feição mais ajustada ao nosso ambiente, instituições abasileiradas ou já brasileiras, embora a marca originariamente lusitana se tenha conservado sempre viva.

Não é possível esquecer ou desdenhar êsse processo de regionalização. O Brasil teve seu território ocupado, numa seqüência que, dentro do espaço físico, se condicionou à influência de cada meio;

ou seja, o homem aceitou o que o meio oferecia, e daí surgiu uma atividade econômica própria, ecológicamente ajustada, influndo nas características das diferentes instituições implantadas, seja a própria sociedade, com estruturas peculiares, seja a religião, com uma feição adequada ao meio, seja ainda a família que se organizou.

A região no Brasil foi um fator importante na caracterização brasileira; ela marca, em primeiro lugar, as feições com que se diversificaram as formas de ocupação da terra e os tipos de atividade implantados, e depois possibilitou a diversificação de formas peculiares de vida brasileira, sem quebra da unidade. A unidade pela diversidade. O que é, sem dúvida, uma das características brasileiras mais importantes, se não a mais importante, origem de nosso pluralismo atual.

2 — As Instituições Básicas

2a — A Família

Foi a família a primeira instituição que se implantou no Brasil, partindo de uma base lusitana para se adaptar a algumas feições que o ambiente lhe foi dando. Em princípio, o *ultra equinoxiale non peccavit* era dominante; se além do equinócio não havia pecado, a família no Brasil começou irregularmente através do amancebamento com índias e com africanas, troncos que haveriam de servir ao próprio crescimento da população brasileira. Através dos casamentos irregulares, as uniões ilícitas, a mestiçagem se desencadeou.

Longe de mim a idéia de que também não se formassem as famílias através de uniões regulares, pelo casamento. Contudo, os primeiros tempos, o aventureirismo sobretudo, não permitiram que a família se fundasse em sua base estável, originando-se da sacramentalidade que lhe dava a Igreja. Somente a partir das capitâneas, e principalmente depois de 1550, é que o casamento começa a tornar-se regular como base da constituição da família. As cartas jesuíticas são depoimento muito vivo para marcar esta época. E o padre Nóbrega insistia em que se mandassem mulheres de Portugal para se fazerem os casamentos com os colonos solteiros. Foi por iniciativa sua, por exemplo, que vieram as órfãs da Rainha que, casadas em Salvador, se tornaram tronco de famílias hoje ilustres.

Possivelmente a exceção teria sido Pernambuco. Para aí, já em 1534, Duarte Coelho trouxe mulher, filhos, cunhados e toda a parentela possível; assim fez com que se organizasse a família de maneira mais regular. Tanto isso parece verdade que, em uma de suas cartas, Nóbrega diz ser dispensável mandar mulheres para casar em Pernambuco, pois aí a família estava organizada, os casamentos legalizados, e os costumes honestos, graças à ação enérgica e moralizadora do primeiro donatário.

O estímulo à mestiçagem se assinala como um dos traços de maior fortalecimento da formação da família na organização da sociedade brasileira. O mestiço integrou-se na família, participando de sua organização, ou em particular, de sua unidade. Esta unidade de família, representando uma base de organização social, salientou-se pelo sentido amplo e largo que tomou; família que se alongava do senhor ao escravo, abrangendo parentes não próximos, compadres, afilhados; ou então, formando verdadeiros blocos ajustados e harmônicamente movidos, o que alguns autores chamam de "clãs patriarcais".

A família, ou especialmente, a unidade da família, tornou-se, na formação da sociedade brasileira, elemento importante e fundamental. Foi uma força poderosa, não somente econômica, mas também social, política e até mesmo guerreira. É que, neste caso, os grupos de família se mantinham unidos nas suas lutas, nas célebres lutas de família, quase constantes na história social do Brasil. Se havia essa união, para um efeito externo, não menor era a união no que se refere à sua vida interna. O senhor, chefe de família, mantinha o seu poder sobre a esposa, filhos, parentes próximos ou não, afilhados, compadres. O compadrio ou o afilhadismo foram forças que logo se implantaram e se desenvolveram no Brasil como uma de nossas características culturais mais significativas. Através do compadrio criou-se uma larga rede de relações sociais, não apenas de utilidade, mas sobretudo de unidade.

Dois aspectos caracterizam essa força da família: a influência social criando o apadrinhamento para o emprêgo, o pistolão, e a influência política, fazendo os integrantes dos cargos políticos. O que foi este último aspecto, retrata-o bem significativamente a projeção das famílias nas Câmaras Municipais, por elas dominadas; Câmaras que se tornavam quase autônomas falando ao Rei de potência a potência, expulsando governadores e não cumprindo ordens régias. Uma força que não raro se prolongou até nossos dias, em começo de esfacelamento apenas nas capitais, mas ainda, em grande parte, mantida nos meios do interior.

A influência do compadrio dava oportunidade aos pedidos de emprêgo, colocando os afilhados ou dando-lhes ensejo para estudarem. Daí muito mestiço que ascendeu socialmente pelo estudo, que se tornou influente pelo estímulo da mão que não apenas o abençoou, mas igualmente o empurrou para a burocracia, cu para o comércio, para ofícios livres, ou ainda para o estudo. O emprêgo tornou-se acessível aos que traziam um padrinho para acompanhá-lo; o afilhadismo alongou-se depois no pistolão dos nossos dias.

Há outro aspecto reverso da medalha, que não pode ser esquecido: o não impulsonamento para um emprêgo dos filhos ou de parentes mais próximos. Esperava-se que esses não precisassem de emprêgo. Empregar um filho tornava-se uma luta íntima, quase um dissabor, o que ainda hoje se observa em zonas não adiantadas ou,

melhor, não urbanizadas do Brasil: essa ojeriza pelo emprêgo, como se fôsse humilhante. Humilhante, sobretudo, pedir um emprêgo para um filho ou para um parente muito próximo. Tanto pedir como ver êsse filho ou parente muito próximo empregado.

O patriarcalismo marcou socialmente a organização dessa família; veio, naturalmente, de Portugal e aqui encontrou ambiente propício para desenvolver-se. O "pater familias" era o seu ponto alto: o domínio do homem — do pai, do marido, do patriarca — tornou-se destacado, e em tôrno dêle se desenrolaram as atividades sociais. A mulher, salvo raras e históricas exceções, não tinha voz; não escolhia marido, cuidava dos filhos, não recebia visitas, pois vivia em quase completa reclusão, inacessível aos olhos dos visitantes. Só aos poucos a situação foi mudando; no decorrer dos séculos, as mudanças lentamente, embora, foram-se verificando; não houve uma alteração mais profunda das bases estruturais existentes. Sômente quando se desenvolve a vida urbana, e isto já nos fins do século XIX, é que a transformação se acelera.

Até então as modificações são lentas, demoradas, quase imperceptíveis. O patriarcalismo domina a vida social. Esta, de modo geral, faz-se nos meios rurais: festas em engenhos e fazendas; visitas da família de uma propriedade a outra para passar o domingo ou para festas ou enterros, festa de botada, enfim, tudo aquilo que se ligava à vida no campo, pois predominava a sociedade rural que, a rigor, era quase única. O casamento endogâmico predominou, e sômente com a expansão da vida urbana é que começou a desaparecer. É que as escolhas se faziam em família, com os casamentos realizados ainda as mãças quase meninas, com 15 anos, não raro com 13 anos. Feita a escolha pelos pais, o casamento se celebrava. Era uma das festas sociais da vida rural.

A organização da família e o casamento no regime patriarcal eram marcados por raízes econômicas; relacionavam-se à própria estrutura da economia regional ou às condições de manutenção de um nôvo lar. Daí os desdobramentos de propriedades por casamentos, através do dote paterno. De outro lado, para evitar tais desdobramentos provocavam-se os casamentos endogâmicos, muito comuns nos primeiros tempos; a escolha se fazia dentro da própria família, sobretudo entre primos em primeiro grau.

Com o alargamento da sociedade brasileira, a quebra dos padrões patriarcais, a introdução dos grupos imigrados, no século XIX, o panorama começou a transformar-se; e já em nossos dias, o casamento interétnico apresenta-se em níveis bem expressivos, mostrando agora, através de outros elementos humanos, o desenvolvimento do processo de mestiçagem.

Na realidade, tem-se incrementado o casamento entre pessoas de origens étnicas diferentes. Mesmo entre japoneses, grupo que tem sido apresentado, por numerosos autores, como infenso à miscibill-

dade, preferentemente endoétnico, encontram-se dados estatísticos que permitem mostrar o grau de miscigenação que está havendo nas relações étnicas. E o mesmo sucede com outros grupos. Intensificam-se os contatos sociais, que se aprofundam no processo de mestiçagem, e não apenas no de transculturação.

O ambiente rural, em que se baselam nossas origens, projetou-se no urbano, quando éste inicia seu surgimento. Os começos da vida urbana são grandemente marcados de hábitos e costumes, de usos e tradições, trazidos do meio rural; uma como que ruralização do meio urbano, da cidade. Estende-se até esta a influência do campo; e as famílias vindas dos engenhos, das fazendas de criação, das fazendas de algodão ou de café alongam à vida citadina seus hábitos e seus costumes.

2b — A Sociedade

É com base na família que se estrutura a sociedade brasileira. Sua institucionalização resulta justamente da influência que a família exerce. Não estaremos longe de observar, na formação da sociedade brasileira, aquelas marcas tão sensíveis que Clenardo encontrou na sociedade portuguesa do quinhentos. Se, de um lado, o patriarcalismo e o escravismo lhe davam uma feição significativa, não lhe faltavam também, a esta sociedade em formação, outras características; o pouco aprêço pelo trabalho, sobretudo pelos ofícios manuais; o gosto pelo luxo e ostentação, marcas da liberalidade dos costumes; e a mania de fidalguia, ou de aristocracia.

De logo se tornou nítida a estruturação das classes: no alto, a aristocracia que surgia no meio rural, com ares e importância que estavam longe de fundar-se numa nobreza de títulos e de tradição; no extremo mais baixo, o escravo, importado como "mão-de-obra" ou como "peça" da África, desde que o elemento indígena não revelou qualquer disposição para o trabalho sedentário, com seu estágio cultural ainda prêso ao nomadismo coletor. No meio foi-se formando uma classe intermediária; os artífices, os artesãos, os pequenos comerciantes, pequenos lavradores, enfim, aquêlê grupo quase sempre anônimo, que se tornou o fermento de nosso crescimento econômico.

Dessa aristocracia, sem nobreza é certo, mas nascida nos canaviais do Recôncavo e de Pernambuco, com uma sofreguidão de importância que marcou a sociedade rural entre nós, traçou-lhe o perfil Gregório de Matos que, em dois versos de uma de suas poesias satíricas, a definiu melhor que tóda a literatura que se tem levantado a seu respeito:

"Só sei que dêste Adão de massapé

Uns fidalgos procedem desta terra".

Esses fidalgos eram geralmente os proprietários rurais, a princípio os senhores de engenho, mais tarde os fazendeiros de café; colocavam-se no alto da pirâmide social, dominando tôda a paisagem não apenas natural, mas humana do País. Dêste ápice tudo dominavam na vida social, na vida econômica, na vida política. Na base da pirâmide, a população escrava. Com a formação da sociedade brasileira em diferentes etapas, que correspondiam a momentos no tempo e a condições ecológicas no espaço, diversificaram-se os elementos componentes dêsses estratos, em especial dos chamados estratos médios, onde mais variada ia tornar-se a participação de seus elementos.

Devemos considerar, antes de tudo, isso: no Brasil do passado como, em grande parte, no Brasil de hoje, a estratificação social não é padronizada; ao contrário: diversifica-se nos elementos que compõem cada estrato, conforme as condições do próprio ambiente, variando em face das peculiaridades regionais que se aprofundam, não raro, a peculiaridades locais. Não temos assim, a rigor, uma classe média; mas possuímos classes médias, que se diversificam não só internamente dentro de cada região, como ainda entre as regiões. Houve assim uma diferenciação nas características sociais ou mais particularmente profissionais com que aparecem, em cada região, os integrantes das classes médias. Decorre esta diversificação regional de modo de vida estabelecido, o que nos permite então caracterizar as classes sociais dentro de cada região.

Não se pode considerar, de modo rígido, uma classe média, absolutamente igual aqui ou ali; diversificou-se, condicionou-se a cada ambiente. E isso, aliás, deve considerar-se não só em relação às classes chamadas médias, mas igualmente para a própria caracterização das classes, em geral. A estratificação social entre nós não é problema que se defina, ou se conceitue, ou se caracterize, sem considerar as peculiaridades regionais. Sem considerar, também, as condições de tempo, do tempo histórico que cada região tem vivido nessa evolução social.

Em nosso estudo sobre **Regiões Culturais do Brasil**, tivemos ocasião de analisar esta caracterização de classes sociais no Brasil, levando em conta, com base na regionalização, não apenas o momento de vivência de cada sociedade, em particular, como também a natureza do tipo de exploração econômica existente. É claro que, até 1888, a base da pirâmide tinha um elemento comum a tôdas as regiões: o escravo. De certo modo, também no alto da pirâmide o grande proprietário aparecia. Contudo, o próprio tipo de grande propriedade às vêzes oferecia peculiaridades, conforme a vivência ambiente fôsse de natureza agrária, de natureza pastoril, de natureza extrativista.

Das classes chamadas médias, em particular, pode-se dizer que foram diferentes em atividades e em função social, nas diversas regiões do Brasil; diferentes, especialmente, nos diversos tipos de

fazenda, tendo em vista as peculiaridades surgidas. Tal circunstância decorria do processo de relações culturais que se desenvolveram. Somente, quase em nossos dias, com a urbanização, é que pôde surgir, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo um tipo de classe média mais característica, se bem ainda apresentando, internamente, variantes, pelo que não se pode considerá-las no singular, mas sempre no plural: classes médias. Daí estudar-se mais comumente a existência de classes médias nos meios urbanos, pouco interesse se dedicando à sua existência nos meios rurais.

De qualquer modo, teremos de buscar, no caso do Brasil, a caracterização das classes médias justamente na estrutura social que preponderou nos meios rurais, nas diversas formas de fazenda que se distribuíram pelo território brasileiro, como sistema de ocupação humana e ambiente em que se processaram as relações entre os diferentes grupos étnicos e em que se desenvolveram os contatos de cultura. Foi também este o ambiente em que se estabeleceram relações entre classes, com formas específicas de hierarquia social, com a existência de uma diversidade de elementos humanos, ou profissionais, formando os grupos que se situavam entre o grande proprietário e o escravo; e mais recentemente, agora, entre o grande proprietário e os trabalhadores de enxada, para generalizar nesta expressão a massa dos camponeses que vivem nos mais variados regimes de servidão e de exploração do trabalho.

No Brasil, as classes chamadas médias, na variedade de sua configuração, nunca puderam ter expressão significativa, nem influência ponderável, nem tornar-se uma força apreciável; talvez, parece-nos, como consequência do próprio ambiente onde surgiram, abafadas pelo poderio ou pelo domínio da grande propriedade. O latifúndio esmagou o papel que poderiam ter as classes médias, e isso justamente é que faz com que se negue sua existência em confronto com o papel hoje exercido por elas nos meios urbanos. Contudo, se olharmos as áreas onde não predominou o latifúndio, e onde foi possível surgir com a pequena propriedade uma classe de trabalhadores livres, o caso — por exemplo — das zonas chamadas de colonização estrangeira, no Rio Grande, em Santa Catarina, no Paraná, aí as classes médias logo surgiram e se impuseram.

Talvez dessa impossibilidade de manifestação da classe média é que tenha nascido a observação, de uns oitenta anos atrás, de Louis Couty; a de que o Brasil não tinha povo. Observação que se tem repetido e que no fundo é, em grande parte, verdadeira. O povo seria justamente as classes médias, como base das instituições políticas, e não apenas como expressão institucional da sociedade. Os inícios da urbanização e da industrialização é que vão permitir o surgimento de alguma coisa que se poderia chamar de povo; ainda informe, ainda indefinido, ainda indeciso, é certo; e tanto é certo que não temos ainda uma autêntica consciência popular, que fortíssima-

leça a instituição democrática como base da vivência política. Nem o povo, nem as classes médias existem como força institucional.

Os grupos e as associações, estas sim é que passaram a tornar-se as forças institucionais da sociedade. Grupos e associações de proprietários, de profissionais, de trabalho ou de ocupação passaram a constituir os órgãos representativos da sociedade. Alongaram-se especificamente não apenas a instituições de natureza profissional, mas, sobretudo, a organizações de natureza beneficente ou social, de natureza recreativa ou desportiva, de função religiosa ou profana. Através de tais agrupamentos, onde prevalecem os interesses individuais, não raro sobrepondo-se aos da própria sociedade, que nem sempre atende ao bem comum, mas, sobretudo, ao chamado interesse social, é que a sociedade funciona; ela se manifesta por intermédio desses órgãos ou instituições.

2c — A Economia

As relações associativas que se verificaram na organização econômica sentiram, mais do que em outros setores, a influência de fatores da terra, ou dos contatos aqui havidos. O processo de adaptação e integração ao meio traduziu-se na organização econômica, da forma mais completa. O sistema de propriedade da terra trasladado pelo português aqui tomou feição nova, sobretudo com o surgimento da "plantation". Este tipo de propriedade representou uma criação em terra tropical ou subtropical; e a América foi seu campo de experiência. No Brasil, a "plantation" foi a de cana-de-açúcar; mais tarde, a de café e a de cacau vieram incorporar-se a este quadro. Ao lado da "plantation" desenvolveu-se a sua fazenda, como a grande propriedade, agrícola ou pastoril, e ainda extrativista. Multiplicaram-se as formas de relações de trabalho, sobretudo, a partir de 1888, com a extinção do regime escravo.

A grande propriedade territorial foi a base da agricultura no Brasil. Era símbolo de riqueza, ao lado da escravatura. O cultivo da terra volta-se para os produtos de exportação, sobretudo de matérias-primas, gêneros de alimentação e especiarias, que os mercados europeus consumiam em grande escala. Planta-se cana-de-açúcar, e produz-se açúcar que é comercializado para a Europa; planta-se algodão, que igualmente é vendido para o exterior; as especiarias da Amazônia, chamadas "drogas do sertão", são coletadas e enviadas também para a Europa, dada a escassez de produtos asiáticos, cujo recebimento se torna retardado ou demorado. E assim, voltada para o comércio exterior, é que se desenvolve a economia agrária brasileira.

Isto não exclui, porém, a cultura dos gêneros de subsistência, o que ainda mais acentua o processo transculturativo, sobretudo com a mandioca, o milho, o feijão, o arroz, produtos uns da terra, outros trazidos pelo português. Tornou-se este — o português — um ele-

mento estimulador do intercâmbio de produtos da América para a Europa e Ásia, da Ásia para a América e Europa, ou da África para a América, ou desta para aquela.

De 1530, data do primeiro documento sôbre o regime de propriedade da terra no Brasil, até o presente, poucas modificações sofreu este regime; a situação da estrutura agrária não tem recebido transformação. O sistema de exploração latifundiária, através das grandes concessões que se fizeram desde a colonização, continua vigorando. A estrutura que nos foi legada pela Colônia, ainda hoje predomina, se bem que agora já se acentuando com a intensificação do minifúndio, em decorrência principalmente da parcelação de propriedades pelo regime de herança.

Sômente duas experiências podem anotar-se como tentativa de quebra dessa velha estrutura. A primeira, ainda no século XVIII, é conhecida como colonização açoriana. Vieram imigrantes dos Açores, especialmente para o sul do Brasil — Santa Catarina e Rio Grande — e aí se estabeleceram pelo regime de pequena propriedade; outros se fixaram na Amazônia. A experiência, todavia, não teve continuidade, e por isso mesmo não exerceu a influência que seria de esperar. Ao contrário: continuou a florescer a grande propriedade.

A segunda experiência verificou-se no século XIX, e para ela se utilizou a imigração européia, principalmente alemães e italianos, que fundaram colônias no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Paraná, recebendo cada família pequeno lote de terra. Era realmente o sistema de pequena propriedade, que, entretanto, não pôde prevalecer em outras áreas, como a Bahia ou Pernambuco, por exemplo; aí o domínio quase imperial e exclusivista da grande propriedade impediu o florescimento da pequena propriedade de colonos estrangeiros. Entretanto, no sul, desenvolveu-se. É certo que, hoje, a pequena propriedade em algumas áreas tornou-se verdadeiro minifúndio, em virtude da fragmentação pela herança, de um lado, e, de outro lado, pela pressão demográfica.

Nem o Império, nem a República ofereceram ao regime de propriedade da terra no Brasil qualquer modificação substancial; o Império, criado com a colaboração dos grandes proprietários territoriais, sofreu a influência destes em sua organização econômica, política e social. Conseqüentemente, nada se modificou que pudesse afetar os interesses dos grandes proprietários. Quanto à República, em parte, se deu o mesmo; os grandes senhores da terra e de escravos ajudaram a fundar a República, e orientaram, como era natural, sua organização. Nem mesmo o Código Civil, promulgado em 1917, alterou a estrutura da propriedade rural ou, pelo menos, as relações de trabalho no campo.

Apenas a Constituição de 1946 procurou modificar a situação, ao condicionar o uso da terra ao bem-estar social, podendo a lei ordinária promover a justa distribuição da propriedade com igual

oportunidade para todos (art. 147). Todavia, a execução deste dispositivo estava freada pelo que dispõe o artigo 141, § 16, ao estabelecer que a desapropriação por interesse social, que seria o caso do artigo 147, somente pode verificar-se mediante prévio e justo pagamento em dinheiro. Assim se tornou inexecutível a possibilidade de uma reestruturação do sistema agrário nacional.

A Constituição de janeiro de 1967, em seu artigo 157, incorporou idéia oriunda de modificação constitucional completada por lei ordinária, de 1964, o chamado Estatuto da Terra, que mantendo embora o espírito da Constituição de 46, alterou o sistema de pagamento, permitindo-o em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço da terra pública. O § 3º do mesmo artigo incorporou a idéia de limitar a desapropriação às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo em propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto no artigo. Acresce que o § 4º somente admite a indenização em títulos quando se tratar de latifúndio, tal como seja conceituado em lei. O problema do minifúndio foi deixado de lado; e sua gravidade é tão perniciososa como a do latifúndio.

Se retornarmos à seqüência de nosso pensamento, ao examinar as condições em que evoluiu a instituição econômica no Brasil, verificaremos que a partir dos fins do século passado, com as primeiras manifestações de vida industrial, novas perspectivas começam a fixar-se no quadro econômico do País. Contudo, o processo de industrialização, lento como decorreu, não alcançou posição melhor senão nas vésperas da II Grande Guerra, quando então o valor da produção industrial superou o da produção agrícola. A partir daí o desenvolver de nossa industrialização tem sofrido altos e baixos, se bem que se inicie, no período da II Guerra, justamente, os fundamentos da grande indústria, a indústria de base, que tem em Volta Redonda sua manifestação mais característica.

Foi a partir de então que prolongando-se pelas margens do Paraíba, e numa extensão de ligação entre Rio e São Paulo, começada aliás de Juiz de Fora, constituiu-se o que hoje se tem chamado de "vale das chaminés": as fábricas levantando-se no vale do Paraíba para constituir uma continuidade que vindo de terras mineiras, atravessa a Guanabara, penetra no Estado do Rio, e pelo vale do Paraíba vai seguindo para alcançar São Paulo e daí ir irradiando-se por seu interior.

O processo de industrialização deu margem à institucionalização de certos princípios, que se tornaram básicos na estruturação das relações de trabalho no Brasil. É certo, entretanto, que não tem sido

possível assegurar a presença, na indústria brasileira, de um sistema de trabalho baseado em fundamentos que correspondam aos ideais de justiça social. Sobretudo, nas indústrias de formação mais antiga, onde predominam mentalidade ainda marcadas de sua origem rural — atitudes mais agrícolas que propriamente industriais, vale dizer — as relações de trabalho ainda procuram fundar-se em formas paternalistas, se não mesmo patrimonialistas.

Não será estranho observar, no quadro das instituições econômicas brasileiras, uma característica presente tanto na estrutura agrária como no processo industrial: o desapareço pelo trabalho, a desvalia do trabalhador. Não é o desprezo pelo trabalho manual, que vem de nossas boas origens lusitanas; isto seria o menos. É o desprezo pelo valor do trabalho humano como participação da tarefa econômica, fundamental e indispensável para que o próprio capital possa existir e sobreviver. Há verdadeiro descompasso entre o trabalho e o capital, em que éste domina e abusa, e aquêle se torna simples peça de um mecanismo.

Não há a mínima consideração pelo trabalho humano; o homem não é trabalhador, mas simples "mão-de-obra". Dêle se fala como se falava do escravo; dêle se usa na mesma condição como se fôsse máquina, capaz de funcionar ininterruptamente. O trabalhador manual despreparado, sem ofício, é a chamada "mão-de-obra disponível e barata", que a literatura do desenvolvimento econômico — desenvolvimento puramente econômico — tanto utiliza e explora. Substitui-se o respeito à dignidade da pessoa, que o trabalhador representa, por um falso paternalismo, em que se transformou modernamente o patriarcalismo.

2d — A Organização Política

A influência da família na sociedade ou na economia, era, em geral, aquela mesma que se fazia sentir na organização política. A tal ponto chegou esta influência — a da família, através do chefe que é geralmente o líder político — que Gilberto Freyre lembra que "o rei de Portugal quase que reina sem governar"; a família, em geral, é que representa a organização do Estado. Trasladado de Portugal o sistema político, nêle logo se fêz sentir a influência dos grandes proprietários, dos homens do campo. Na administração, nas câmaras municipais, o domínio da grande propriedade se traduz de diversas maneiras; e através dos chamados "homens bons" constituem-se os órgãos administrativos, as câmaras municipais, as funções públicas, com elementos vindos do meio rural ou indicados pelos grandes proprietários. Verificava-se assim um alongamento das relações sociais às relações políticas; o espírito associativo da família alongava-se à vida política.

De modo geral, as instituições trasladadas tiveram aqui de adaptar-se às peculiaridades locais. O que se sente, desde os começos, e ainda hoje se reflete na organização nacional, é a predominância dos costumes, ou do Direito costumeiro, sobre as leis, o Direito legislado em Portugal como metrópole, ou mais tarde pelo próprio Brasil, como país independente. A unidade da organização política é a Vila; mas tanto quanto a Vila, a unidade religiosa — a freguesia — apresenta importância nos quadros desta estruturação. A freguesia constituía a unidade eleitoral, a unidade demográfica, a unidade associativa. E tanto na Freguesia como na Vila se faz sentir a influência da família patriarcal.

O mandonismo político era um resultado da posição social. O poder do grande proprietário não se estendia apenas às suas terras; alongava-se aos homens que nela viviam ou dela se aproximavam. Nas Câmaras formavam os homens bons, que eram uma espécie de classe intermediária ou mesmo, podemos dizer, classes médias, situadas entre o proprietário, no alto da hierarquia, e os artesãos, comerciantes, artífices, mais abaixo. No plano mais baixo, os escravos. De propostas das grandes famílias era que se formavam as Câmaras, quando não de membros dessas mesmas famílias.

Esta situação, aliás, projetou-se pelo Brasil além, até nossos dias. Grandes famílias, ou grupos de famílias, passaram a dominar não apenas a administração municipal mas igualmente a própria administração estadual. Basta verem-se as relações de deputados às Assembléias Gerais, e hoje às Assembléias Legislativas, em cada legislatura, e veremos nomes de família que aparecem permanentemente, às vézes revezando-se apenas nas pessoas de seus representantes. No fundo, a organização era uma só: das grandes famílias, ou da união de famílias, poderosas, formando grupos políticos ou organizações partidárias.

O unitarismo surgido com o Império foi um choque na tradição brasileira; era um desafio ao equilíbrio que chamaríamos federalista das antigas Capitânicas, transformadas em Províncias. Daí as lutas internas que só cessaram em 1834 com o Ato Adicional, abrindo certa margem de liberdade às Províncias.

Um dos fatores mais importantes na estruturação política do Brasil foi, sem dúvida, o próprio sistema de colonização, um federalismo *sui generis* em que as normas de administração ou os princípios colonizadores da metrópole eram aplicados de conformidade com as condições de cada Capitania, das suas necessidades, das possibilidades existentes. Cada donatário, tratando diretamente com o Rei, era um senhor quase absoluto de sua Capitania; e não era em vão que as ordens régias eram recebidas, mas não cumpridas, como fazia sentir uma autoridade colonial. E Duarte Coelho, criado o governo

geval, 1548, foi o primeiro a dirigir-se a El-rei para reclamar contra o cerceamento de sua autoridade.

A esse sistema *sui generis* de federalismo, deve-se o que se poderia chamar o espírito que tornou possível, pela instituição política, o equilíbrio da unidade brasileira, dentro da diversidade de condições em que se desenvolveu o processo de ocupação humana. Este, aliás, representa outro dos fatores que contribuíram para equilibrar a unidade dentro da diversidade.

2e — A Religião

O catolicismo transplantado pelo português para o Brasil aqui sofreu, como seria de esperar, certas adaptações oriundas da necessidade de atender às peculiaridades da nova terra. As condições em que se processou a colonização do Brasil, contribuíram para que se atenuassem os escrúpulos ou os princípios morais, exigidos pela Igreja Católica, para se aceitarem, por acomodação talvez, certos desresgramentos ou irregularidades.

Coube ao catolicismo, neste processo de ocupação humana, a tarefa, não raro difícil, de disciplinar as relações sociais e a própria formação moral da sociedade que então se constituía. De modo que teriam os sacerdotes de usar de suficientes forças no sentido de evitar os excessos, mas, de outro lado, de contemporizar, tolerantemente, com certas atitudes. Muitas destas atitudes, aliás, oriundas das classes dominantes, o que dificultava ainda mais o trabalho a ser realizado.

Ao lado do sentido puramente religioso trouxe o catolicismo que se adaptou ao Brasil o sentido de comemoração profana das festas de Igreja; festas populares tão comuns em tôdas as áreas do País, mesmo as mais intensamente apegadas ao tradicionalismo como as rurais. Estas festas — novenas, tríduos, mês de maio, São João, Natal — caracterizam-se por seu prolongamento ao lado profano, a que talvez não seja estranha certa influência de festividades africanas. Ou pelo menos, influência democratizante da participação dos escravos nestas festividades religiosas.

A religião católica, no Brasil, praticada em suas missas, suas procissões, suas novenas, seus tríduos, apresenta este caráter de influência profana, ou seria melhor dizer, de extravasamento profano, sem que lhe falte, todavia, sentimento religioso e espírito cristão.

Não se deve esconder, porém, que a esse espírito religioso, mesmo o intensamente católico, não faltam certas sobrevivências acumuladas pela influência indígena ou pelas práticas africanas. O uso de amuletos, por exemplo. A figa é coisa que quase todo brasileiro usa, com a finalidade de afastar os maus espíritos ou o mau olhado; e a figa,

como se sabe, foi introduzida pelo negro africano. As benzeduras ou as curas de mau olhado ou de doenças são outros traços recebidos não apenas dos africanos mas também dos indígenas. Os sonhos e suas interpretações, as adivinhações, os tabus são manifestações igualmente encontradas entre as populações católicas do Brasil.

Não foi difícil, por isso mesmo, o sincretismo religioso verificado com os cultos africanos trazidos pelos escravos. Com as práticas dos nagôs, principalmente, surgiram formas sincréticas, de que resultou o candomblé. Este se tornou um produto já brasileiro, um resultado do processo transculturativo. As práticas de religião dos orixás dos yorubas juntaram-se crenças católicas; e não é raro o terreiro de candomblé que não seja batizado com nome de santos católicos; Santa Bárbara e São Jerônimo, sobretudo.

O culto dos orixás, trazido pelos africanos, transformou-se no candomblé da Bahia, xangô do Nordeste, macumba do Rio, tambor-de-crioula do Maranhão. O sincretismo, entretanto, alongou-se e abrangeu também o espiritismo, sobretudo na formação do culto, no Rio de Janeiro, onde a forte influência banto deu em resultado os cultos chamados de Umbanda ou Embanda. Desta forma, verifica-se que os grupos culturais africanos conservaram suas práticas religiosas sincronizadas com o catolicismo ou com o espiritismo. Só os africanos de cultura maometana se mantiveram isolados, sob este aspecto, praticando sua religião em sua pureza, com os ritos islamitas.

A prática religiosa foi-se diversificando em diferentes manifestações, sejam as de origem negro-africana, sejam as de outras origens. A introdução do protestantismo, a princípio com alguns grupos imigrantes, depois de modo mais franco, como proselitismo, é um desses aspectos. Rápido, o protestantismo tem-se disseminado no Brasil. A princípio, a população chamava os protestantes de "bode"; depois, foi aceitando, e o próprio espírito de tolerância, de liberdade do brasileiro, foi contemporizando. Através das diferentes seitas introduzidas, foi-se divulgando no Brasil o anglicanismo, o adventismo, o batista, o sétimo dia, o pentecostal, e várias outras.

Deve assinalar-se que a essa introdução de outros cultos, no caso, em especial, os cultos protestantes, não foi estranha a presença de correntes imigratórias européias, a partir do século XIX. Com os alemães introduziu-se o luteranismo no Brasil; e ainda hoje em várias áreas do País, que foram inicialmente de colonização alemã, encontram-se os templos luteranos; também os holandeses, mais recentemente, têm introduzido o protestantismo reformado. Nos começos da imigração, em 1828, colonos saídos de São Leopoldo fundaram duas colônias que se marcaram pela influência religiosa: os católicos deram início à colônia de Torres, e os protestantes, à de Três Forquilhas.

De outro lado, o imigrante italiano tem sido um disseminador de cultos e santos católicos até então não conhecidos no Brasil;

santos que eram os padroeiros de suas aldeias na Itália, tornaram-se igualmente padroeiros de novas vilas brasileiras. Sallente-se também que o culto desses padroeiros se tem feito da maneira tradicionalmente brasileira: com novenas, festas de rua, barracas, banda de música, enfim, o culto religioso aliado ao profano.

O catolicismo no Brasil, sem prejuízo dos sentimentos de fé e de confiança em Deus da maioria da população, apresenta algumas peculiaridades bem expressivas, sobretudo se considerarmos o desenvolvimento do processo transculturativo. Em primeiro lugar, destaquemos esse espírito de confiança na proteção de Deus. No linguajar comum, manifesta-se através de expressões que se ouvem até de elementos não católicos: "se Deus quiser". Se Deus quiser, o filho ficará bom, o homem conseguirá melhor emprêgo, o advogado ganhará a causa, o médico curará o enfêrmo, o estudante passará nas provas, o motorista chegará a seu destino, e assim por diante.

No campo da realização dos Atos religiosos, essa confiança em Deus se desdobra em duplo sentido; há católicos que praticam esses atos, e há católicos que o são por tradição, conservando a fé, mas não praticando os atos de sua crença. Os primeiros são os "praticantes"; os segundos, os "históricos". Pois entre os católicos brasileiros encontramos essa original divisão, talvez única no mundo: os católicos praticantes e os católicos históricos. Aquêles são os que praticam a religião: missa aos domingos e dias santos e não raro até diariamente, confessam e comungam continuamente, praticam todos os demais preceitos prescritos. Os outros são os que se consideram católicos por tradição, pela formação brasileira, porque a família, desde os mais longínquos antepassados, é católica, respeitam a igreja e os atos religiosos, vão às missas comemorativas ou por alma de parentes ou amigos mortos; todavia, não se julgam obrigados ao comparecimento às missas dominicais, ao confessionário e à comunhão. Sem qualquer menoscabo ou pilhéria, mais sinceramente, dizem-se, declaram-se, proclamam-se católicos.

Um outro aspecto do catolicismo brasileiro, encontramos, dentro do processo transculturativo, na incorporação de traços culturais não originariamente católicos. O caso da Árvore de Natal, que começou a disseminar-se no Brasil com influências de fontes não católicas. É comum encontrar-se em toda casa de família católica, durante o Natal, a Árvore de Natal ao lado do presépio armado como símbolo de festejo do nascimento de Cristo. O elemento fundamental cristão que é o Presépio, completado pela Árvore de Natal, de origem nórdica, com fios de neve, no meio do calor de dezembro do Brasil tropical. Temos aí, bem evidenciado, o processo transculturativo, a receptividade do brasileiro a novas idéias e novas concepções.

O que se deve destacar, todavia, é a importância que exerceu o catolicismo no Brasil no que se refere à preservação da liberdade

do homem. Sómente êle pôde — e de modo geral, pode preservar a coexistência plural dos povos e nações — defender, no Brasil, o sentimento de liberdade do homem. Porque justamente o catolicismo, através da defesa da pessoa humana, a que atribuiu o livre arbítrio, tem capacidade de admitir e sentir a convivência de idéias ou de pontos de vista ou, em geral, de homens diferentes.

Isto, porém, não se verifica nas ditaduras materialistas, incapazes de acolher o diálogo e conseqüentemente incapacitadas também de suportar a coexistência, e, sobretudo, a convivência. Daí o papel exercido pelo Catolicismo no Brasil: êste de ter preservado no homem brasileiro, a idéia do diálogo, o pensamento de vida plural, o espírito de convivência. Preservando, também, com a defesa do homem, a própria idéia de liberdade, em momentos de perturbação nacional.

Ao lado das crenças praticadas em cultos formalmente organizados, enriqueceu-se o brasileiro de considerável soma de crenças populares, umas de origem indígena, outras de origem africana, não raro também outras trazidas pelo português. Formas tradicionais ainda hoje persistem no campo das crenças populares: o sacl, o boitatá, a mãe-d'água, o curupira, a mula-sem-cabeça. Muitas dessas crenças foram tomando formas regionais, caracterizando-se pelas peculiaridades de cada região brasileira, sob a influência maior de um dos grupos étnicos.

Ao mesmo passo, muitas lendas e superstições de origem portuguesa, algumas de fundo religioso, foram-se disseminando na população brasileira, às vêzes descaracterizando-se de suas origens primitivas para abrasilizar-se no processo transculturativo verificado. Tornou-se assim importante, na vida humana brasileira, o sobrenatural; as crenças nas lendas, nas superstições, nas crendices. Enorme é o uso de orações chamadas fortes, através das quais se implora a proteção de santos contra doenças, contra mordidas de cobra, contra bichos-papões. O folclore brasileiro é de uma grande riqueza nesse campo. Um de origem européia, e por isso mesmo conservando ainda sua marca religiosa, outras de origem africana ou indígena, tôdas, entretanto, se adaptaram ao meio brasileiro: reinterpretaram-se, transculturando-se no processo de relações que o elemento humano aqui vivendo levou a efeito sob a influência não menos expressiva do ambiente criado.

3 — O Brasil moderno

3a — *As transformações verificadas*

Os fins do século XIX presenciavam os começos das transformações que, com a urbanização e a industrialização, iriam modificar a paisagem social brasileira, alterando, não raro, suas instituições,

principalmente no papel por elas exercido. A transição da economia agrária para o surto industrial era completada pela transição do patriarcalismo para o burguesismo; a própria família começa a sentir estas transformações, com a desarticulação do sistema patriarcal que abre margem, na vida urbana, ao surgimento da família nuclear. O 13 de maio de 1888 havia marcado a transição social e não apenas a econômica: fecha-se um ciclo social e abre-se outro.

Surgem aspectos novos na organização da sociedade e se acentua o espírito burguês, em substituição ao patriarcal, nas relações de trabalho ou na organização social. O patrão que a indústria cria não é mais aquele que o trabalhador estava antes acostumado a conhecer, não apenas com seu paternalismo, mas com sua própria presença física; o patrão urbano não é mais o senhor rural. Não há uma pessoa, e sim um conjunto; é um elemento de contato esporádico, não raro inteiramente desconhecido: a Sociedade Anônima. A direção da empresa para o trabalhador se torna invisível; surgem os intermediários nesses contatos: o gerente, o encarregado do pagamento, o fiscal dos trabalhos, o administrador.

O surto industrial provocou intensas transformações na vida brasileira, a princípio apenas naquelas áreas onde aparecia a industrialização. Aos poucos, todavia, estas transformações foram-se alastrando, quer pela própria criação de indústria, em novas áreas, quer ainda pela difusão e aceitação dos elementos industrializados. Ao lado da industrialização começa a manifestar-se a urbanização, e isto principalmente nas capitais. Nem sempre os dois processos andam juntos; ao contrário: não raro estão isolados, vivem indiferentemente.

O crescimento do burguesismo acentua-se, nesta fase; o contato social sofre modificações que se expressam de diferentes formas, marcando-se com o aparecimento do automóvel que não apenas facilitou a ligação do proprietário absenteísta com sua propriedade, mas ainda intensificou as relações sociais, afastando as distâncias físicas. O burguesismo urbano dá sua marca na sociedade e alonga-se à família.

A estrutura das classes sociais, sem prejuízo de suas peculiaridades regionais, sofre seu primeiro e importante impacto. O rápido desenvolvimento industrial, em certas regiões, e, em outras, as modificações decorrentes em especial da ascensão do proletariado, criaram condições novas na distribuição das classes sociais. Os extremos entre uma classe alta — grandes industriais, grandes proprietários, grandes comerciantes, altos funcionários — e uma classe baixa — pequenos funcionários e operários — contribuíram para que as classes médias tomassem uma nova fisionomia. Não mais uma classe de equilíbrio, mas evidentemente de desequilíbrio, tendendo ora para um extremo ora para outro. E surgiu, sobretudo, um grupo de população que nem mesmo na última classe se pode

incluir; são os marginais, produtos do pauperismo que encontramos, ressaltando nas cidades, sobretudo nas capitais.

O surto urbano dá ensejo ao aparecimento de bairros marginais: as favelas, ou alagados, ou malocas, ou invasão. Seria supérfluo a esta altura querer destacar a importância da população marginalizada na vida urbana. Seu aparecimento ainda recente seguiu-se de seu rápido crescimento, hoje uma característica de qualquer capital ou de qualquer outra cidade onde, por circunstâncias especiais, surgiu algum movimento de expansão.

Cada vez mais chocantes são os extremos: os integrantes das classes altas geralmente residem em palacetes, boas casas, em bairros aprazíveis; viajam comumente não só a outros Estados, ou à Capital Federal, como também à Europa ou aos Estados Unidos; têm alimentação de natureza cosmopolita. As classes baixas ocupam casas mal construídas, ou vilas operárias, quando não mocambos, palhoças, casebres, ou que outro nome tenham, geralmente formando as favelas, vilas de maloca, mocambos, alagados, das capitais. Vivem em ambiente de falta de higiene, alimentando-se deficientemente.

Os das classes médias moram em velhos bairros residenciais, ou em bairros novos, abertos com o loteamento; possuem casa própria, quando não por herança, construída pelo sistema de financiamento da Caixa Econômica ou de instituição congênera; mantêm na alimentação a cozinha tradicional, e quando nas regiões a cozinha regional. Dessas classes é que estão saindo as moças para os estudos, para o serviço público, para o comércio, para certos empregos industriais.

Este quadro que podemos verificar existir em tôdas as regiões do País, com as evidentes diferenciações originadas da natureza peculiar de cada ambiente sócio-cultural, tem-se intensificado, sobretudo a partir da II Grande Guerra. É quando as transformações mais intensas atingem às estruturas institucionais. O quadro agravou-se; as classes médias, mais asfixiadas por seus salários fixos, tornaram-se flutuantes, seus integrantes ora procurando alcançar uma posição mais alta, ora sendo levados a cair nas posições mais baixas. As transformações alcançam as instituições de modo mais amplo e mais profundo.

Talvez o sistema de economia agrária seja aquêle que mais vigorosamente tem resistido a qualquer modificação; a estrutura agrária continua a mesma, sem modificações, inalterado o predomínio do latifúndio, embora tendo crescido a participação do minifúndio. De fato, talvez seja esta a única transformação a observar-se no sistema agrário: o surto do minifúndio. E se é tanto prejudicial o excesso do latifúndio como o malefício do minifúndio, podemos verificar que as instituições agrárias da economia nacional exigem uma reformulação se não violenta, talvez profunda.

As transformações atingiram de forma mais intensa a sociedade e a família, uma e outra tão intimamente ligadas na formação da estrutura social do País. Intensificada a estrutura da família nuclear, sobretudo nas capitais, foi ela também atingida pelas modificações de comportamento social de seus integrantes. O apartamento pequeno, exigindo espaço para atos sociais, impôs o afastamento do rapaz ou da moça; se já dormia em camas improvisadas, usando o divã que durante o dia era ponto de encontro social, foi pouco a pouco afastado, e começa a surgir o "playboy". E observe-se que esse surgimento não vem nem das favelas, nem das casas operárias, nem das classes pobres; surge nas classes altas, nos chamados meios aristocráticos, fruto do luxo, da ostentação, do fausto, que obrigam a uma exibição quase sempre além das possibilidades dos próprios grupos.

Tais modificações estendem-se dos níveis materiais aos sociais, como se pode ver na própria estrutura da família. A família numerosa, não apenas no número de filhos por casal, mas ainda no dos seus integrantes sanguíneos ou afins, vem sofrendo um decréscimo sensível sobretudo nos meios urbanos. Embora no meio rural ainda predomine a família numerosa, com grande número de filhos, sente-se, entretanto, que os laços familiares se vão diluindo. Constituiu sempre a família, entre nós, a mais importante instituição social.

De caráter patriarcal e monogâmico, essa família tornou-se a base da organização social, firmando-se, em derredor dela, a estabilidade da vida brasileira. Com o regime de escravidão, o sentido dessa família alongava-se aos próprios escravos; ia a estes, cobria-os ou dominava-os não só o sentido de propriedade, mas igualmente a extensão do patriarcalismo. De seu lado não foram raros os escravos que tomaram o nome dos patrões; o que Gilberto Freyre observou em relação ao Nordeste açucareiro, também o registrou Afonso Arinos de Melo Franco para a área da mineração. De modo que, em torno da família, desenvolvia-se a vida social.

O compadre inclui-se entre as figuras mais características da organização social no Brasil. Tanto que se criou uma série de atos para a incorporação de compadres: no batizado, além dos chamados padrinhos de vela (um casal), mais o padrinho ou madrinha de apresentar, e o padrinho ou madrinha de consagração, no crisma, no casamento, onde, aliás, avulta o número de padrinhos tanto para o ato civil como para o religioso. A estas formas de compadrio, acrescentou-se o de São João quando dois amigos pulam fogueira e se tornam compadres, depois de pronunciadas palavras adequadas.

Nos centros urbanos o compadrio vem sofrendo, como aliás toda a família, o impacto de transformações; deixa o compadre de ter a importância anterior, embora ainda possa ser útil à família que o convidou. Já no interior ainda se conservam as formas mais íntimas

de compadrio, muito embora se façam sentir nítidas transformações, tendentes a eliminar a importância do papel do compadre e a posição do afilhado.

Desta forma, a família tem perdido, nos meios urbanos do País, em face principalmente do processo de industrialização, muitas das características que a marcavam tradicionalmente. Apesar de que muitos dos traços anteriores persistem, como é o caso de resistirem muitas famílias a pedirem emprêgo para os filhos, em particular as filhas, sobretudo quando nestas famílias se encontram antigas raízes fidalgas ou aristocráticas, desaparecidas nos sucessores em face da queda econômica. Este fenômeno persiste em regiões brasileiras, principalmente as mais antigas, ou mais marcadas tanto pela influência da escravidão como pelo papel exercido pelas antigas famílias, através de seus chefes ou patriarcas.

A proporção que crescem os contatos entre as diversas Unidades do País, graças à intensificação da rede de transporte e dos meios de comunicação, sempre em contínuo nível de crescimento, as transformações sociais vão-se irradiando, vão-se alastrando, vão modificando a paisagem tradicional das nossas cidades. E também do nosso meio rural. Com a facilidade das inter-relações regionais, difundem-se as transformações, tendendo para uma unidade mais acentuada — embora sem uniformidade — a paisagem cultural do Brasil. As antigas ilhas, isoladas, soltas, divergentes, convergem para transformar-se em continente. O continente cultural que é o Brasil, com suas regiões características, sem prejuízo de sua unidade básica.

Esta diversidade de tipos de cultura, que formam regiões culturais, dá-nos o panorama atual da cultura brasileira, em sua unidade contemporânea, e onde as dicotomias continuam a existir, procuradas sobretudo para assinalar a vida brasileira. Dicotomias de natureza geográfica — Norte e Sul; ou de condições de desenvolvimento — Litoral e Sertão; ou de maneiras de viver — Cidade e Campo; ou de atividades econômicas — Agricultura e Indústria. São tais dicotomias que dão à paisagem cultural brasileira, em conjunto, os contrastes que sua unidade apresenta. A unidade dentro da diversidade — diversidade de culturas regionais, pois.

Tudo isso representa aquêle "equilíbrio de contrastes" a que se referiu Alceu Amoroso Lima, ao traçar as linhas psicológicas do povo brasileiro, povo — acrescentou êle — "com a sua personalidade própria e os traços distributivos de sua psicologia em face de outros povos". A êste autor, aliás, não foi estranha essa caracterização dicotômica da vida brasileira, tanto que seu esquema de regiões se baseia nela; o Litoral e o Sertão, a Cidade e o Campo, o Norte e o Sul.

3b — O Pluralismo Contemporâneo

* Não é raro encontrarmos as mesmas maneiras de pensar de uma região em relação a outras, isto é, como se vêem; ou melhor, como

o nordestino vê o paulista, como o paulista vê o gaúcho, como o gaúcho vê o mineiro, e assim por diante. Neste modo de ver vai muito da própria psicologia tanto do que é observado como do que observa; aquêle, porque nesta observação se registra em particular seu espírito ou suas tendências, e éste porque revela seu sentimento pessoal. Através dessas maneiras, muito podemos colher da psicologia brasileira.

O paulista é sempre olhado como o homem ativo, empreendedor, dono de riqueza; o carioca é visto, pelos de fora, como o ironista, o malicioso, espírito que se traduz, aliás, no seu anedotário, sempre rico, a respeito de tudo e de todos; o mineiro apresenta-se reservado, formação clássica e erudita; o cearense é o migrante eterno, que anda não só por terras do Brasil, mas por tôda parte dêste mundo de Deus, e a respeito dêle se contam as histórias mais curiosas. A malícia carioca talvez, se não com tôda a certeza, se possa atribuir esta observação em que se fixam manifestações mais características de alguns tipos regionais brasileiros: "Latim de mineiro, riqueza de paulista, valentia de gaúcho, eloquência de baiano, a metade ainda é o dôbro".

Um simples olhar, despretenso, descalculado, em tôrno da paisagem cultural do Brasil contemporâneo, nos mostrará que nossas instituições prosseguem ainda em seu processo em busca daquela unidade de balde procurada neste País "irredutivelmente múltiplo, vário, diverso", como Gilberto Freyre o classificou. Formas diversas de sociedades diversificadas, sobretudo pela natureza da exploração econômica, tornaram possível êsse quadro de pluralismo social e cultural que hoje presenciamos; há no brasileiro formado de brasileiros — os brasileiros das diferentes regiões — esta característica plural, que o apresenta em suas peculiaridades, suas atitudes ecológicas, suas técnicas específicas.

Os próprios fatores que chamariamos humanos não seriam menos responsáveis por êsse quadro; a sensibilidade do homem surgido no Brasil, aberto cristãmente a tôdas as gentes, deu-lhe uma constante na formação do caráter brasileiro. Não apenas a bondade que tanto tem sido proclamada; mas também, e principalmente, um largo sentido de fraternidade e de solidariedade. O brasileiro sempre foge às soluções violentas, encontra os meios pacíficos, acomoda os problemas, acha o chamado "jeitinho", de modo a evitar as cisões, as lutas, os conflitos. Foi assim nos grandes acontecimentos, mesmo aquêles que constituíram uma ruptura mais violenta com o passado, cu seja a Independência, a Abolição dos Escravos, a República.

A tolerância, a fraternidade, a solidariedade constituíram-se fatores capazes de estimular o pluralismo de nossos dias. Acompanha a êstes fatores, que a estreiteza de tempo não nos permite alongar, mas tão-só enumerar, um outro, não menos importante e significativo: a liberdade. A liberdade se tornou elemento fundamental na

vida brasileira; essencial ao brasileiro, marcou cada página de nossa História. É assim que se manifestou em vários instantes da vida brasileira, em momentos os mais difíceis; sempre encontrando ânimo nesse espírito de liberdade, foi possível ao brasileiro preservar formas democráticas de vida, mesmo em momentos onde essas formas escapavam às instituições políticas.

O sentido de liberdade deu oportunidade a que se enriquecesse a formação brasileira de espírito democrático; não uma democracia puramente política, e sim essencialmente social. Democracia que, de social, baseada em princípio na democracia racial, havia de alongar-se em democracia política. Daí as formas particulares que a democracia no Brasil tomou. Uma tradição democrática, um espírito de liberdade, um sôpro de independência, nada disso faltou nos momentos mais difíceis da vivência política brasileira, quando suas instituições procuravam tomar outros rumos, desvirtuar-se da tradição existente, atingindo as próprias instituições da sociedade, e inclusive a da família.

Não é estranho a tal situação o fato de haver o Brasil se tornado teatro de um amplo processo de relações culturais, e não apenas raciais, o que marca significativamente o próprio processo de formação do povo brasileiro. Misturas as mais variadas, os mais diferentes encontros étnicos, os mais diversos choques de culturas, os contatos mais inesperados, tudo isso podemos encontrar no processo de nossa evolução. Esses fatores, e mais outros, tornaram possível o pluralismo cultural que hoje vivemos. Não um pluralismo falso ou artificial, mas um pluralismo de autêntica coexistência, equilibrado, que possibilita justamente a unidade do Brasil. Uma cultura nacional que se manifesta pluralmente: "a nossa unidade pluralística", para usar expressões com que a definiu Tristão de Athayde.

Graças a êsse pluralismo, em que a convivência de grupos humanos originariamente diferentes marca um quadro de relações cordiais que se interpenetram, é possível encontrarmos, nessa paisagem cultural, o homem brasileiro. Os brasileiros das diferentes regiões, portadores de características ou atitudes próprias, somam-se como um só brasileiro. A isso talvez se possa dizer que devemos o chamado milagre da unidade nacional: esta unidade paradoxalmente plural em que os brasileiros se juntam e formam um único brasileiro.

OUTROS TRABALHOS DO PROF. DIEGUES JÚNIOR:

- "O Bangdê nas Alagoas". Prefácio de Gilberto Freyre — Rio de Janeiro, 1949
- "População e Açúcar no Nordeste do Brasil" — Rio de Janeiro, 1952
- "Introducción a la Sociología Regional" — México, 1954
- "População e Propriedade da Terra no Brasil" — União Pan-Americana, 1959
- "Etnias e Culturas do Brasil" — Rio de Janeiro, 1964 (Terceira Edição)
- "Regiões Culturais do Brasil" — Rio de Janeiro, 1960
- "Estabelecimentos Rurais na América Latina" — Comissão Internacional Católica de Migrações — Genebra, 1963